

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Administrativa – Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

*O rio de minha terra é um deus estranho.
Ele tem braços, dentes, corpo, coração,
muitas vezes homicida,
foi ele quem levou o meu irmão.*

É muito calmo o rio de minha terra.

*Suas águas são feitas de argila e de mistérios.
Nas solidões das noites enluaradas
a maldição de Crispim desce
sobre as águas encrespadas.*

O rio de minha terra é um deus estranho.

*Um dia ele deixou o monótono caminhar de corpo mole
para subir as poucas rampas do seu cais.
Foi conhecendo o movimento da cidade,
a pobreza residente nas taperas marginais.*

*Pois tão irado e tão potente fez-se o rio
que todo um povo se juntou para enfrentá-lo.
Mas ele prosseguiu indiferente,
carregando no seu dorso bois e gente,
até roçados de arroz e de feijão.*

*Na sua obstinada e galopante caminhada,
destruiu paredes, casas, barricadas,
deixando no percurso mágoa e dor.*

*Depois subiu os degraus da igreja santa
e postou-se horas sob os pés do Criador.*

*E desceu devagarinho, até deitar-se
novamente no seu leito.*

*Mas toda noite o seu olhar de rio
fica boiando sob as luzes da cidade.*

(Adaptado de: MORAES, Herculano. O rio da minha terra. Disponível em: <https://www.escritas.org>)

1. No poema, o eu lírico
 - (A) alega desconhecer as causas da violência das águas.
 - (B) atribui características humanas a elementos da natureza.
 - (C) recorre a contradições para configurar o caráter insólito do rio.
 - (D) lamenta o fim trágico e inesperado dos acontecimentos.
 - (E) mostra-se pessimista com relação aos rumos da modernidade.

2. A figura de linguagem predominante no verso "O rio de minha terra é um deus estranho" é a
 - (A) metáfora.
 - (B) hipérbole.
 - (C) comparação.
 - (D) personificação.
 - (E) metonímia.

3. Considerado no contexto do poema, o prefixo "en-", constituinte de "enluaradas" e "encrespadas", apresenta, respectivamente, efeito semântico semelhante nas palavras:
 - (A) enterradas e enraizadas.
 - (B) ensacadas e engarrafadas.
 - (C) enfeitçadas e enroladas.
 - (D) enlatadas e ensimesmadas.
 - (E) encaixadas e enchidas.



4. No contexto em que aparecem, as orações *para subir as poucas rampas do seu cais e que todo um povo se juntou para enfrentá-lo* transmitem, respectivamente, ideias de:
- (A) finalidade e consequência.
 - (B) condição e concessão.
 - (C) proporcionalidade e conformidade.
 - (D) temporalidade e comparação.
 - (E) causa e explicação.
-
5. Mantendo o sentido original e a correção gramatical, o segmento *carregando no seu dorso bois e gente* pode ser reescrito da seguinte forma:
- (A) conforme carregava no seu dorso bois e gente.
 - (B) pois carregou no seu dorso bois e gente.
 - (C) para que carregasse no seu dorso bois e gente.
 - (D) tanto que carregou no seu dorso bois e gente.
 - (E) enquanto carregava no seu dorso bois e gente.
-
6. No trecho *até roçados de arroz e de feijão*, o termo “até” classifica-se como
- (A) pronome.
 - (B) preposição.
 - (C) artigo.
 - (D) advérbio.
 - (E) conjunção.
-
7. *Pois tão irado e tão potente fez-se o rio que todo um povo se juntou para enfrentá-lo*
- Os termos em destaque nos versos acima exercem, respectivamente, a função sintática de
- (A) objeto indireto e objeto direto.
 - (B) sujeito e objeto direto.
 - (C) objeto direto e sujeito.
 - (D) objeto direto e objeto indireto.
 - (E) sujeito e objeto indireto.
-

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 13, baseie-se no texto abaixo.

Se é verdade que a capacidade de ficar perplexo é o começo da sabedoria, então esta verdade é um triste comentário à sabedoria do homem moderno. Quaisquer que sejam os méritos de nosso elevado grau de educação literária e universal, perdemos o dom de ficar perplexos. Imagina-se que tudo seja conhecido – senão por nós, por algum especialista cujo mister seja saber aquilo que não sabemos. De fato, ficar perplexo é constrangedor, um indício de inferioridade intelectual. À medida que vamos envelhecendo, aos poucos perdemos a capacidade de ficar surpresos. Até as crianças raramente se surpreendem, ou pelo menos procuram não demonstrar isso. Saber as respostas certas parece ser o principal; em comparação, considera-se insignificante o saber fazer as perguntas certas.

Quicá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas. Todos sonhamos: não entendemos nossos sonhos, e no entanto agimos como se de nada estranho corresse em nossas mentes adormecidas, estranho ao menos em comparação com as atividades lógicas, deliberadas, de nossas mentes quando estamos acordados.

Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque. Agimos e observamos; vemos o mundo exterior, talvez não como seja, mas no mínimo de maneira tal que o possamos usar e manipular. Todavia, também somos bastante desprovidos de imaginação, e raramente – exceto quando crianças ou se somos poetas – logramos conceber mais do que meras duplicações dos acontecimentos e tramas de nossa experiência concreta. Somos eficientes, mas um tanto desenxabidos. Denominamos ao campo de nossa observação diurna “realidade” e orgulhamo-nos de nosso “realismo” e de nossa habilidade de manipulá-la.

(Adaptado de: FROMM, Erich. **A linguagem esquecida**. Trad.: VELHO, Octavio Alves. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966)

8. Sobre aspectos do texto, considere:
- I. A sabedoria caracteriza-se pelo caráter questionador das pessoas.
 - II. Para o autor, apenas as crianças mantêm viva a salutar capacidade de abstração.
 - III. Os termos “realidade” e “realismo” expressam sentimentos pessimistas do autor.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I.
 - (E) III.
-



9. A redação alternativa para um segmento do texto em que a pontuação se mantém correta encontra-se em:
- (A) Imagina-se que tudo seja conhecido: senão por nós, por algum especialista, cujo mister seja saber aquilo que não sabemos.
 - (B) Todavia, também somos bastante desprovidos de imaginação e, raramente, exceto quando crianças ou se somos poetas logramos conceber mais, do que meras duplicações dos acontecimentos.
 - (C) Se é verdade que a capacidade de ficar perplexo é o começo da sabedoria, então, esta verdade, é um triste comentário à sabedoria do homem moderno.
 - (D) Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos, por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque.
 - (E) Agimos e observamos: vemos o mundo exterior, talvez não como seja mas, no mínimo de maneira tal que o possamos usar, e manipular.
-
10. “Quiçá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas”.
- A frase que apresenta a mesma justificativa para o emprego de “por que” no trecho acima é:
- (A) Quero saber por que ele não veio ontem.
 - (B) Por que você não vai de transporte público?
 - (C) O caminho por que andas é perigoso.
 - (D) Bem sabe por que motivos não compareci.
 - (E) Anseio por que venha à nossa festa.
-
11. No trecho *Somos eficientes, mas um tanto desenxabidos*, o termo “desenxabidos” pode ser substituído por:
- (A) distintos.
 - (B) triviais.
 - (C) extraordinários.
 - (D) sofisticados.
 - (E) insólitos.
-
12. *Todavia, também somos bastante desprovidos de imaginação, e raramente – exceto quando crianças ou se somos poetas – logramos conceber mais do que meras duplicações dos acontecimentos e tramas de nossa experiência concreta.*
- Numa nova redação, mantém-se a adequada correlação entre os tempos e modos verbais da frase acima substituindo-se os verbos sublinhados por:
- (A) seremos, seríamos, lográvamos
 - (B) somos, fomos, lográvamos
 - (C) éramos, formos, lograríamos
 - (D) fôramos, fôramos, lográssemos
 - (E) fomos, fôssemos, logramos
-
13. *Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque.*
- Considerado o contexto, o elemento sublinhado exerce a mesma função sintática que o também sublinhado em:
- (A) *Todos sonhamos: não entendemos nossos sonhos.*
 - (B) *então esta verdade é um triste comentário à sabedoria do homem moderno.*
 - (C) *e no entanto agimos como se de nada estranho corresse em nossas mentes adormecidas.*
 - (D) *Imagina-se que tudo seja conhecido – senão por nós, por algum especialista.*
 - (E) *orgulhamo-nos de nosso “realismo”.*

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, entre outras atribuições, compete às Turmas
- (A) julgar os agravos regimentais interpostos contra ato do Corregedor.
 - (B) processar e julgar as ações anulatórias de cláusula de convenção ou acordo coletivo com abrangência territorial inferior à jurisdição de um Tribunal Regional.
 - (C) julgar os conflitos de competência e as exceções de incompetência, suspeição ou de impedimento de seus membros e dos Juízes do Trabalho Titulares de Vara.
 - (D) julgar os agravos de petição e de instrumento, em matéria de sua competência.
 - (E) julgar os recursos adesivos e os recursos de multas impostas pelas próprias Turmas.
-
15. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, NÃO concorrerão à distribuição dos processos
- (A) somente os membros do Tribunal que estiverem impedidos ou suspeitos, nos termos da lei e do Regimento Interno mencionado.
 - (B) os membros do Tribunal que estiverem impedidos ou suspeitos, nos termos da lei e do Regimento Interno mencionado, bem como o Presidente, nesse último caso para os processos de competência do Tribunal Pleno.
 - (C) o Presidente e o Vice-Presidente, quando se tratar de processo de competência de qualquer órgão do Tribunal.
 - (D) o Corregedor-Geral e o Presidente, em processos de competência de qualquer órgão do Tribunal e os membros que estiverem impedidos ou suspeitos.
 - (E) os membros do Tribunal que estiverem impedidos, nos termos da lei e do Regimento Interno mencionado, bem como o Presidente, nesse último caso para os processos de competência das Turmas.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Uma determinada siderúrgica trabalha em três turnos. O turno da manhã tem o menor salário e o turno da noite o maior salário. Alberto, Bruno e Carlos trabalham em turnos diferentes. Carlos não trabalha no turno da tarde e Alberto ganha o menor salário. Pode-se afirmar corretamente que
- (A) Alberto trabalha no turno da tarde.
 - (B) Bruno trabalha no turno da tarde e ganha o maior salário.
 - (C) Bruno trabalha no turno da noite.
 - (D) Bruno trabalha no turno da tarde e Carlos ganha o maior salário.
 - (E) Alberto ganha o maior salário.

17. Uma senha foi formada com 4 algarismos diferentes escolhidos no conjunto {0, 1, 2, ..., 9}. Sabendo-se que:
- A soma dos quatro algarismos da senha é 20.
 - O algarismo 3 está na senha.
 - Existem dois algarismos na senha, em que um deles é o dobro do outro.
 - O algarismo 6 não está na senha.

O produto dos 4 algarismos da senha é

- (A) 324.
 - (B) 240.
 - (C) 72.
 - (D) 162.
 - (E) 480.
18. Dois jogadores resolveram participar do seguinte jogo: lançam uma moeda e cada um aposta R\$ 10,00 em uma das faces da moeda. Quem acertar a face que aparece em um determinado lançamento recebe 85% do valor total apostado e o restante será doado para um hospital de caridade. Os apostadores doaram R\$ 21,00 para o hospital. O número de vezes que os jogadores lançaram a moeda foi
- (A) 7.
 - (B) 9.
 - (C) 14.
 - (D) 8.
 - (E) 4.

19. Na soma abaixo, letras iguais representam algarismos iguais e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r} X \\ + \quad X \\ \hline Y \quad Y \\ \hline Z \quad Z \quad Z \end{array}$$

O valor de X é

- (A) 4.
 - (B) 5.
 - (C) 6.
 - (D) 7.
 - (E) 3.
20. Em um salão de festas há mesas com 4 lugares e com 6 lugares, com pelo menos uma mesa com 6 lugares. O salão comporta 56 convidados sentados. O maior número possível de mesas com 4 lugares é
- (A) 2.
 - (B) 11.
 - (C) 5.
 - (D) 8.
 - (E) 7.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

21. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa de um ente público, de acordo com a NBC TSP 12, apresenta-se como Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais
- (A) a conversão de dívida com terceiros em patrimônio líquido.
 - (B) a aquisição de ativos não circulantes por meio da troca de ativos não circulantes.
 - (C) o recebimento de caixa referente a aluguel de um bem imóvel mantido para essa finalidade.
 - (D) o pagamento em caixa para aquisição de bens imóveis com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pelo referido ente.
 - (E) o pagamento em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
-
22. As seguintes informações se referem a despesa com livros para distribuição gratuita de uma entidade pública:
- 15/12/2021: empenho de despesa, pelo valor de R\$ 7.800,00, para a compra de 100 livros para distribuição gratuita.
11/01/2022: entrega pelo fornecedor dos 100 livros adquiridos.
12/01/2022: liquidação da despesa, pelo valor de R\$ 7.800,00.
10/02/2022: pagamento da despesa, pelo valor de R\$ 7.800,00.
17/05/2022: distribuição gratuita dos 100 livros adquiridos.
- O resultado patrimonial, segundo o Regime Contábil (Patrimonial), e o resultado de execução orçamentária, segundo o Regime Orçamentário e conforme a Lei nº 4.320/1964, da referida entidade foram impactados, respectivamente, em
- (A) 11/01/2022 e 10/02/2022.
 - (B) 17/05/2022 e 10/02/2022.
 - (C) 11/01/2022 e 15/12/2021.
 - (D) 12/01/2022 e 15/12/2021.
 - (E) 17/05/2022 e 15/12/2021.
-
23. De acordo com a NBC TSP 11, a Demonstração do Resultado de uma entidade que tem funções relacionadas ao fornecimento de serviços de saúde e educação utiliza o método da
- (A) natureza da despesa, quando as despesas são agregadas de acordo com a sua natureza, como depreciação e consumo de materiais.
 - (B) natureza da despesa, quando as despesas são agregadas de acordo com a classificação da despesa orçamentária por natureza, como Outras Despesas Correntes e Investimentos.
 - (C) categoria da despesa, quando as despesas são agregadas de acordo com o propósito para o qual foram incorridas, como despesas com benefícios a empregados e com publicidade.
 - (D) função da despesa, quando as despesas são agregadas de acordo com a classificação funcional da despesa orçamentária, como saúde e educação.
 - (E) categoria da despesa, quando as despesas são agregadas de acordo com a sua dependência ou independência da execução orçamentária da referida entidade.
-
24. Uma entidade pública possui, em 30/12/2021, produtos mantidos para comercialização e registrados em seu estoque pelo custo histórico de R\$ 12.000,00. Constatou-se, em 31/12/2021, que o custo corrente de reposição e o valor realizável líquido dos referidos produtos são R\$ 11.000,00 e R\$ 11.500,00, respectivamente. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o seguinte lançamento contábil deve ter sido efetuado pela referida entidade em 31/12/2021:
- (A) Débito: 3.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques..... R\$ 500,00
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 500,00
 - (B) Débito: 3.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques..... R\$ 1.000,00
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 1.000,00
 - (C) Débito: 4.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques..... R\$ 1.000,00
Crédito: 2.x.x.x.x.xx Resultados Acumulados R\$ 1.000,00
 - (D) Débito: 4.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques..... R\$ 500,00
Crédito: 1.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 500,00
 - (E) Débito: 3.x.x.x.x.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques..... R\$ 500,00
Crédito: 2.x.x.x.x.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 500,00
-
25. O Balanço Patrimonial de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta como
- (A) Passivo não Circulante o saldo dos Resultados Acumulados.
 - (B) Passivo Circulante o valor das despesas empenhadas e não liquidadas com Pessoal e Encargos Sociais.
 - (C) Reservas de Lucros os valores acrescidos ao patrimônio da entidade que não transitaram pelo resultado patrimonial.
 - (D) Ativo Circulante o ativo mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
 - (E) Ativo Financeiro o valor a receber decorrente de créditos tributários.



26. Considere as assertivas a seguir que versam sobre a mensuração de ativos nas demonstrações contábeis:
- I. O custo de reposição não fornece informação sobre os montantes que seriam recebidos na venda de ativos. Portanto, não facilita a avaliação da capacidade financeira de uma entidade.
 - II. Valor em uso e custo histórico são bases de mensuração a valor presente para os ativos.
 - III. No modelo do custo histórico, o montante do ativo pode ser reduzido ao se reconhecer a redução ao valor recuperável.
 - IV. Em princípio, o custo de reposição fornece uma medida útil dos recursos disponíveis para prestar os serviços no futuro, uma vez que está centrado no valor atual dos ativos e o seu potencial de serviços para a entidade.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
27. Uma entidade pública recebeu, em 05/07/2022, doações em dinheiro. Considerando que é provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços das doações fluam para a referida entidade e que o valor justo das doações recebidas é mensurado de maneira confiável, o registro contábil, em 05/07/2022, foi realizado com a utilização de contas contábeis pertencentes às naturezas da informação patrimonial e orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público APENAS das classes
- (A) 1.
 - (B) 1 e 3.
 - (C) 1 e 4.
 - (D) 1, 4 e 6.
 - (E) 6.

-
28. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a apuração do resultado financeiro do ano de 2021 de uma entidade pública, por meio do seu Balanço Financeiro, podem-se utilizar
- (A) os saldos dos Ativos Financeiros e dos Passivos Financeiros em 31/12/2021 e a diferença entre estes proporciona o valor do resultado financeiro chamado de superávit financeiro, se positivo, ou déficit financeiro, se negativo.
 - (B) os montantes das Transferências Financeiras Recebidas para a Execução Orçamentária e dos Restos a Pagar Processados Inscritos em 31/12/2021.
 - (C) os dispêndios com Pagamentos de Restos a Pagar não Processados e com Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos ativos imobilizados.
 - (D) o ingresso com Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária e o valor a receber decorrente de Créditos Tributários.
 - (E) o montante das despesas liquidadas com Pessoal e Encargos Sociais e o saldo da conta de Depreciação Acumulada referente a bens móveis.

-
29. As seguintes transações, referentes a receitas, ocorreram no mês de maio de 2022 em um ente público:
- Arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 943.000,00. O fato gerador do valor arrecadado, pelo regime de competência, é o mês de janeiro de 2022.
 - Arrecadação de receitas de Aluguel no valor de R\$ 32.000,00. O valor do aluguel foi estabelecido com base no valor de mercado e o fato gerador do valor arrecadado, pelo regime de competência, é o mês de maio de 2022.
 - Lançamento de receitas de Taxas no valor de R\$ 155.000,00. O valor lançado foi arrecadado em junho de 2022.
 - Recebimento antecipado de Tributos no valor de R\$ 11.000,00. O fato gerador do valor recebido, pelo regime de competência, é o mês de junho de 2022.
 - Reversão do Ajuste para Perdas de Crédito Tributário no valor de R\$ 3.000,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em maio de 2022, o ativo total apresentado no Quadro Principal do Balanço Patrimonial do referido ente teve um aumento, em reais, de

- (A) 1.144.000,00.
 - (B) 201.000,00.
 - (C) 986.000,00.
 - (D) 198.000,00.
 - (E) 43.000,00.
-
30. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o grupo denominado
- (A) Apuração de Custos pertence à classe Controles Devedores.
 - (B) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras pertence à classe Resultado Patrimonial.
 - (C) Inscrição de Restos a Pagar pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (D) Planejamento Aprovado pertence à classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (E) Execução da Administração Financeira pertence à classe Controles Credores.

31. Quanto aos Elementos das Demonstrações Contábeis, de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

- (A) Passivos Contingentes são passivos de prazo ou valor incerto que devem ser reconhecidos e apresentados no Balanço Patrimonial da entidade.
- (B) Passivos devem envolver saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- (C) Passivo é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade.
- (D) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, como os oriundos de contribuições dos proprietários.
- (E) Ativos são os recursos que compreendem os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização orçamentária.

Contabilidade Geral

32. São apresentados (em reais) a seguir os Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado para o ano 2016 da empresa Produtos Perfeitos S.A.:

Produtos Perfeitos S.A. – Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016

Ativo	31/12/15	31/12/16	Passivo	31/12/15	31/12/16
Ativo circulante	132.000	271.000	Passivo circulante	156.000	312.280
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.000	47.000	Fornecedores	66.000	65.400
Clientes	56.000	96.000	Dividendos a Pagar	–	2.880
Estoques	66.000	98.000	Empréstimos	90.000	194.000
Contas a Receber	–	30.000	Contas a Pagar	–	50.000
Ativo não circulante	144.000	218.000	Patrimônio Líquido	120.000	176.720
Investimentos	14.000	36.000	Capital	100.000	150.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	20.000	26.720
Máquinas e Equipamentos	84.000	182.000			
Terrenos	46.000	–			
Total do Ativo	276.000	489.000	Total do Passivo + PL	276.000	489.000

Produtos Perfeitos S.A. – Demonstração do Resultado de 01/01/2016 a 31/12/2016

Receitas de Vendas	408.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(262.000)
(=) Resultado com Mercadorias	146.000
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(12.000)
Outras despesas	(118.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.000
(=) Resultado antes dos efeitos financeiros	22.000
(-) Encargos Financeiros	(24.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros	(2.000)
(+) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Resultado na Venda de Terrenos	14.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	12.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	(2.400)
(=) Resultado Líquido	9.600

As seguintes informações são conhecidas sobre eventos que ocorreram em 2016:

- A empresa não pagou os encargos financeiros incorridos no ano e não liquidou qualquer empréstimo.
- A empresa não vendeu investimentos nem máquinas e equipamentos.
- O valor registrado em Contas a Receber se refere à venda dos Terrenos.
- O valor registrado em Contas a Pagar corresponde à compra de ativos imobilizados.
- A conta de Investimentos é composta por investimentos societários em outras entidades, mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor em reais correspondente ao Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) do ano de 2016, foi:

- (A) 46.000 (positivo).
- (B) 74.000 (negativo).
- (C) 46.000 (negativo).
- (D) 98.000 (negativo).
- (E) 30.000 (positivo).



33. Um equipamento foi adquirido por uma empresa em 31/12/2017 pelo valor de R\$ 1.600.000,00 para ser pago integralmente em 2020. Se o equipamento fosse adquirido à vista, o preço pago seria R\$ 1.300.000. A empresa substituiu esse tipo de equipamento após utilizá-lo por 8 anos, sendo depreciado de forma linear. O valor residual esperado para sua venda no final do prazo de utilização é 20% do valor pago pela compra à vista do equipamento. A empresa optou por vender o equipamento em 30/06/2019 e obteve o valor de venda à vista de R\$ 1.000.000,00. O resultado obtido na venda do equipamento evidenciado na Demonstração do Resultado no ano de 2019 foi:
- (A) Prejuízo de R\$ 300.000,00.
 (B) Prejuízo de R\$ 600.000,00.
 (C) Prejuízo de R\$ 56.250,00.
 (D) Lucro de R\$ 155.000,00.
 (E) Prejuízo de R\$ 105.000,00.

34. No dia 31/12/2018, uma empresa aplicou R\$ 360.000,00 em ativos financeiros e classificou-os conforme a seguinte tabela:

Classificação dos títulos	Valor aplicado (R\$)
Mensurados ao Custo Amortizado	150.000,00
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	210.000,00

Todos os títulos remuneraram a taxa de juros compostos de 10% ao ano e, em 31/12/2019, os valores justos desses títulos no mercado eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2019 (R\$)
Mensurados ao Custo Amortizado	156.000,00
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	240.000,00

Os valores em reais que deveriam ser apresentados no Balanço Patrimonial, em 31/12/2019, para os títulos *Mensurados ao Custo Amortizado* e para os títulos *Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes*, eram, respectivamente:

- (A) 165.000,00 e 210.000,00.
 (B) 156.000,00 e 231.000,00.
 (C) 156.000,00 e 240.000,00.
 (D) 165.000,00 e 240.000,00.
 (E) 165.000,00 e 231.000,00.
35. As contas que compunham o Patrimônio Líquido da empresa Korean Importação S.A., em 31/12/2018, apresentavam os seguintes saldos em reais:

Capital	24.000.000,00
Reserva Legal	600.000,00
Reserva Estatutária	2.400.000,00

A Korean Importação S.A. obteve, em 2019, um lucro líquido de R\$ 14.400.000,00 e constituiu as seguintes reservas:

- Reserva Legal, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- Reserva Estatutária no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido.

Sabendo-se que o estatuto da empresa define que o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 10% do Lucro Líquido deduzido do valor da Reserva Legal constituída no período, e que em 2019 não houve aumento de Capital nem distribuição de dividendos adicionais, o valor dos dividendos mínimos obrigatórios que deveria ser apresentado no passivo e o valor total do Patrimônio Líquido, ambos no Balanço Patrimonial de 31/12/2019, eram, em reais, respectivamente,

- (A) 1.368.000,00 e 40.032.000,00.
 (B) 1.440.000,00 e 39.960.000,00.
 (C) 1.368.000,00 e 39.312.000,00.
 (D) 1.440.000,00 e 39.240.000,00.
 (E) 1.224.000,00 e 40.176.000,00.



36. Um ativo intangível com vida útil indefinida estava registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 de uma empresa pelo saldo contábil de R\$ 280.000,00, composto dos seguintes valores:
- Custo de aquisição = R\$ 320.000,00.
Perda por desvalorização (*impairment*) reconhecida em 2018 = R\$ 40.000,00.
- Sabe-se que esse ativo corresponde ao pagamento de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura na aquisição de outra empresa e que a empresa realizou, em 31/12/2019, o teste de redução ao valor recuperável (Teste de *impairment*) com as seguintes informações disponíveis nesta data:
- Valor em uso: R\$ 240.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 330.000,00.
- A empresa deveria, nas demonstrações referentes ao ano de 2019,
- (A) não fazer nenhum registro contábil.
(B) reconhecer um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
(C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
(D) reverter a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00.
(E) reverter a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00 e reconhecer um ganho no valor de R\$ 10.000,00.
-
37. Em 02/01/2018, a empresa Investe em Tudo Holding S.A. adquiriu 40% das ações da empresa Quero Investidor S.A. pelo valor de R\$ 160.000.000,00 e passou a deter o seu controle, sendo que não existia nenhuma participação anterior. Este valor corresponde à participação sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos. O valor contábil do Patrimônio Líquido da empresa Quero Investidor S.A. era R\$ 300.000.000,00 e a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos adquiridos refere-se somente ao valor de um terreno que faz parte do Ativo Imobilizado da empresa Quero Investidor S.A. No final de 2018 a empresa Quero Investidor S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 60.000.000,00. Sabe-se também que nenhum ativo imobilizado da empresa Quero Investidor S.A. foi vendido e/ou baixado por redução ao valor recuperável (*impairment*) durante o ano de 2018. Com relação ao investimento efetuado, os valores evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2018 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Investe em Tudo Holding S.A. foram, respectivamente, em reais:
- (A) Resultado de Participação = 24.000.000,00; Investimentos = 144.000.000,00.
(B) Resultado de Participação = 24.000.000,00; Investimentos = 184.000.000,00.
(C) Resultado de Participação = 60.000.000,00; Dividendos a Receber = 60.000.000,00.
(D) Resultado de Participação = 60.000.000,00; Investimentos = 220.000.000,00.
(E) Resultado de Participação = 0; Investimentos = 120.000.000,00.
-
38. As informações constantes do quadro a seguir são referentes a diversos processos a que uma empresa está respondendo e foram obtidas para a preparação do Balanço Patrimonial de 31/12/2019. O Departamento Jurídico da empresa fez uma análise minuciosa e apresentou as estimativas de desembolso e as probabilidades de perda para cada caso:

Tipo de Processo	Montante Estimado de perda (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Fiscal	400.000,00	Provável
Processo Trabalhista	740.000,00	Possível
Processo Ambiental	460.000,00	Possível
Processo Trabalhista	320.000,00	Remota

O valor a ser contabilizado como provisão no passivo, em 31/12/2019, é, em reais:

- (A) Zero.
(B) 400.000,00.
(C) 720.000,00.
(D) 1.200.000,00.
(E) 320.000,00.



39. Em 02/01/2018, uma empresa adquiriu um equipamento à vista por R\$ 30.000.000,00. O equipamento será instalado em um local alugado pela empresa e o contrato de aluguel estabelece que a empresa deverá devolver a localidade nas mesmas condições em que o recebeu no início do contrato.

A empresa estima que utilizará o equipamento por 8 anos e, no final deste prazo de utilização, a máquina poderá ser vendida por R\$ 4.000.000,00. Para fazer a desmontagem, remover a máquina e reestruturar o imóvel, a empresa projeta que incorrerá em gastos no valor de R\$ 2.000.000,00 e a taxa acumulada de juros projetada para os próximos 8 anos é 25%. A utilização da máquina ocorre de forma contínua durante 24 horas por dia, em função da atividade da empresa, e é adotado o método das quotas constante para o cálculo da despesa de depreciação.

O valor contábil da máquina evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e o valor da Despesa de Depreciação apresentado na Demonstração do Resultado do ano de 2018 foram, respectivamente, em reais:

- (A) 26.250.000,00 e 3.750.000,00.
- (B) 26.750.000,00 e 3.250.000,00.
- (C) 22.750.000,00 e 3.250.000,00.
- (D) 28.150.000,00 e 3.450.000,00.
- (E) 26.550.000,00 e 3.450.000,00.

40. Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 30.000.000,00 com as seguintes características:

- Data da captação: 30/11/2018.
- Prazo para liquidação: 10 anos.
- Taxa de juros: 0,7974% ao mês.
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 4.882.361,85.

A empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 300.000,00, já descontados no momento da captação, e, portanto, a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 0,8153% ao mês.

O valor dos encargos financeiros apropriados no resultado de 2018, referentes exclusivamente ao empréstimo obtido foi, em reais:

- (A) 539.220,00.
- (B) 544.590,00.
- (C) 236.827,80.
- (D) 536.827,80.
- (E) 242.144,10.

41. Uma empresa realizou as seguintes vendas de mercadorias no dia 01/12/2018:

- Vendas à vista no valor de R\$ 5.000.000,00.
- Vendas a prazo no valor de R\$ 7.800.000,00 para ser recebido integralmente em 01/12/2020.

Na data da venda, a empresa estava praticando a taxa de juros de 1,099% ao mês, o que corresponde a 30% em 2 anos, para as suas vendas a prazo.

No Balanço Patrimonial da empresa, de 31/12/2018, o valor líquido evidenciado para o saldo a receber das vendas efetuadas em 01/12/2018 foi, em reais:

- (A) 7.800.000,00.
- (B) 7.885.722,00.
- (C) 6.000.000,00.
- (D) 6.065.940,00.
- (E) 12.940.672,00.



42. Um lote de mercadorias para revenda foi adquirido, em 25/04/2019, pelo valor à vista de R\$ 1.500.000,00. A empresa compradora responsabilizou-se pela retirada das mercadorias no depósito do fornecedor e pagou R\$ 30.000,00 de frete para transportar essas mercadorias até seu depósito e, também, o valor de R\$ 15.000,00 por um seguro contra roubo das mercadorias durante esse transporte.

Em 25/05/2019, a empresa vendeu todo lote de mercadorias que havia comprado pelo valor de R\$2.100.000,00.

Assumindo que não há incidência de qualquer imposto na compra e na venda das mercadorias, a empresa evidenciou na Demonstração do Resultado de 2019, em relação exclusivamente à compra e à venda das mercadorias, os seguintes efeitos em reais:

- (A) Resultado Bruto com Vendas = 600.000,00; Despesa com Frete = 30.000,00; Despesa com Seguro = 15.000,00.
- (B) Resultado Bruto com Vendas = 570.000,00; Despesa com Seguro = 15.000,00.
- (C) Resultado Bruto com Vendas = 555.000,00, somente.
- (D) Resultado Bruto com Vendas = 585.000,00; Despesa com Frete = 30.000,00.
- (E) Resultado Bruto com Vendas = 600.000,00, Despesas antecipadas = 45.000,00.

Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública

43. Considere que tenha havido representação junto ao Tribunal de Contas do Estado em face de cláusula constante de edital para contratação de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão administrativa, alegando ilegalidade, eis que a concessionária receberia recursos oriundos do parceiro público antes mesmo da conclusão do objeto. Sustentou o impugnante que referida previsão subverte a lógica de um contrato de PPP, cuja finalidade seria justamente viabilizar empreendimentos de grande vulto mediante utilização da capacidade de financiamento do parceiro privado. A situação descrita

- (A) não configura, *a priori*, ilegalidade, pois é possível o pagamento de contraprestação por parcelas fruíveis do objeto do contrato, bem como aporte de recurso para realização de obras e aquisição de bens reversíveis, guardada proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas.
- (B) configura evidente ilegalidade, pois somente é admissível pagamento ao parceiro privado, total ou parcial, previamente à conclusão do objeto contratual, quando se trate de PPP na modalidade concessão patrocinada.
- (C) configura ilegalidade, se o parceiro público figurar como usuário indireto, situação em que somente se admite o desembolso de contraprestação pecuniária a partir da fruição integral dos serviços objeto do contrato pelos usuários diretos.
- (D) não enseja ilegalidade, desde que a concessionária receba exclusivamente aporte de recursos do parceiro público para fins de integralização do capital da sociedade de propósito específico constituída para gestão do serviço concedido.
- (E) somente será regular se a previsão editalícia referir-se à remuneração variável atrelada a indicadores de desempenho, independentemente do enquadramento do parceiro público como usuário direto ou indireto.

44. Considere que determinado agente público esteja sendo acusado da prática de improbidade administrativa, em decorrência de conduta que causou prejuízo à Administração por falta de zelo na guarda de bens que estavam sob seus cuidados. Tendo em vista que a conduta em questão ocorreu após a edição da Lei nº 14.230/2021, tem-se que

- (A) demanda, para efeito de enquadramento como ato de improbidade, a condenação do agente na esfera disciplinar com pena de demissão ou suspensão não convertida em multa.
- (B) será caracterizada como ato de improbidade se comprovada negligência, independentemente da ocorrência de enriquecimento ilícito do agente.
- (C) depende, para fins de capitulação como ato de improbidade, da conjugação de dois elementos: dano ao erário e enriquecimento ilícito do agente.
- (D) embora configure ato de improbidade, não será passível de punição se constatado prejuízo de pequena monta, sendo irrelevante, para tal fim, o elemento subjetivo dolo.
- (E) somente configurará ato de improbidade se comprovado dolo do agente, não mais sendo admitidas modalidades culposas para tal tipificação.

45. Considere que determinado órgão da Administração tenha celebrado contrato para prestação de serviços de limpeza em prédio público e, em função da implantação de regime de trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19, decidiu reduzir quantitativamente o objeto contratado. A empresa, contudo, recusou-se a aceitar a redução, alegando que sua margem de lucro estaria diretamente ligada ao ganho de escala e solicitou a rescisão do contrato e pagamento de indenização por lucros cessantes. Para deslinde da questão posta, cabe considerar que:

- (A) a redução é cabível desde que assegurado reequilíbrio econômico-financeiro com a adequação das condições originais do contrato, de molde a manter a margem de lucro projetada em função dos quantitativos originalmente pactuados.
- (B) a Administração pode impor redução quantitativa do objeto, no limite de 25% do valor inicial atualizado, estando o contratado obrigado a aceitá-la, mantidas as condições do contrato e indenizados danos regularmente comprovados decorrentes da supressão.
- (C) a contratada somente estará obrigada a aceitar a redução quantitativa do objeto se presente situação de calamidade pública ou em razão de força maior e, superadas tais circunstâncias, poderá rescindir o contrato com direito a indenização.
- (D) a redução depende de consenso da Administração com a contratada, não podendo ser imposta unilateralmente, eis que tal prerrogativa somente está presente em contrato de obras e reformas.
- (E) embora a contratada não possa rescindir o contrato, poderá suspender a execução dos serviços independentemente do percentual de redução imposto pela Administração, se considerar a continuidade antieconômica, vedada a aplicação de sanções.



46. Suponha que um gestor público necessite identificar o instituto correto a ser aplicado em situação concreta em que particulares irão atuar na prestação de serviço público, escolhendo entre autorização, permissão e concessão. Para tanto, deverá considerar como premissa jurídica que
- (A) concessão transfere a gestão e a titularidade do serviço ao particular, que passa a explorá-lo mediante cobrança de tarifa.
 - (B) permissão pressupõe a outorga do serviço em caráter temporário, não exclusivo, e independe de prévia licitação.
 - (C) autorização aplica-se quando o particular executa um serviço público impróprio, cabendo ao poder público o controle e a fiscalização da atividade.
 - (D) a autorização envolve serviços públicos não individualizados e que demandam a cobrança de taxa.
 - (E) permissão e concessão possuem natureza contratual e são remuneradas por preço público (tarifa), enquanto autorização configura ato precário sujeito à cobrança de taxa.
-
47. No que concerne aos poderes inerentes à Administração, tem-se que
- (A) a avocação das competências cometidas a autoridades subordinadas fundamenta-se no exercício do poder de tutela.
 - (B) constitui prerrogativa decorrente do poder hierárquico a impenhorabilidade dos bens vinculados à prestação de serviço público.
 - (C) o poder de polícia autoriza a atuação coercitiva do poder público, sendo as cláusulas exorbitantes próprias dos contratos administrativos uma das expressões de tal atuação.
 - (D) a aplicação de sanções àqueles que mantêm vínculo contratual com a Administração constitui uma das expressões do poder disciplinar.
 - (E) o poder regulamentar constitui subcategoria do poder normativo, do qual se diferencia por embasar a edição de atos primários.
-
48. Quando se afirma que determinado ato administrativo foi praticado com base na discricionariedade da Administração significa que
- (A) possui elementos de conveniência e oportunidade, avaliados pela autoridade prolatora, os quais constituem o mérito do ato, sendo passível de revogação com base na autotutela.
 - (B) fundamenta-se em razões de fato e de direito não tipificadas em lei e não está sujeito a requisitos de forma, situando-se na esfera de informalidade, que é excepcional na Administração pública.
 - (C) situa-se na esfera de opção política do agente público e, uma vez praticado, não comporta revisão, salvo quando verificado desvio de finalidade.
 - (D) prescinde de motivação, caracterizando o exercício das competências de gestão conferidas legalmente às autoridades competentes para a consecução das finalidades públicas.
 - (E) não é passível de anulação em sede judicial, salvo se verificado vício de competência, vedada a convalidação/ratificação em sede administrativa.
-
49. No que concerne à organização da Administração pública tem-se como uma das expressões da descentralização a
- (A) qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais, que passam a integrar a Administração indireta.
 - (B) instituição, por lei, de empresa pública, para prestação de serviço público mediante delegação.
 - (C) instituição de autarquia, que configura pessoa jurídica de direito público sujeita ao controle finalístico do ente instituidor.
 - (D) distribuição de competências entre os órgãos da Administração direta, observado o critério de especialização.
 - (E) criação de sociedades de economia mista, que se dá mediante autorização legislativa e exclusivamente para exploração de atividade econômica.
-
50. A responsabilização civil (extracontratual) da Administração por danos causados a particulares por seus agentes, atuando comissivamente nessa condição, demanda a
- (A) prévia responsabilização subjetiva do agente causador do dano e a comprovação da culpa *in elegendo*.
 - (B) comprovação da falha na prestação do serviço caracterizada pelo dolo e é excluída no caso de atuação culposa.
 - (C) existência de nexo de causalidade, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa do agente público.
 - (D) comprovação de inexistência de culpa concorrente da vítima, mantida a responsabilidade objetiva da Administração quando presente caso fortuito.
 - (E) comprovação do dano, apenas, considerando a adoção da Teoria do Risco Integral a partir da Constituição de 1988.

**Orçamento Público**

51. A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse regramento, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, sendo regra afeta exclusivamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, aplica-se
- (A) ao excedente do resultado nominal.
 - (B) às despesas relacionadas à gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta.
 - (C) aos itens orçamentários que compõem a receita corrente líquida.
 - (D) aos programas de caráter obrigatório.
 - (E) às despesas primárias discricionárias.

52. Considere:

- I. Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- II. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- III. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Nos termos previstos na Constituição Federal de 1988, a competência para a realização desses atos (I, II e III), no auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo, é

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) da comissão mista permanente de Senadores e Deputados.
- (C) do Ministério Público da União.
- (D) do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) do Ministério da Fazenda.

53. O Governo Federal repassou recursos a uma entidade sem fins lucrativos para a prestação de serviços essenciais na área de assistência social por entender que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos se revelou mais econômica. Conforme dita a Lei nº 4.320/1964, essa despesa pode ser classificada como despesa

- (A) corrente, transferência corrente e subvenção econômica.
- (B) corrente, transferência corrente e subvenção social.
- (C) de capital, transferência de capital e subvenção social.
- (D) de capital, transferência de capital e subvenção econômica.
- (E) corrente, despesa de custeio e serviços de terceiros.

54. Considere:

- I. Dívida fundada.
- II. Dívida flutuante.
- III. Dívida ativa tributária.
- IV. Dívida ativa não tributária.

Consoante dispõe a Lei nº 4.320/1964, constitui crédito da Fazenda Pública o constante em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) IV, apenas.

55. A Lei Complementar 101/2000 estabeleceu condições para a geração de despesa ou assunção de obrigação, como a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. É EXCEÇÃO legal ao cumprimento dessas mencionadas condições a despesa

- (A) relativa à subvenção social na área da assistência social, saúde ou educação.
- (B) por prazo determinado prorrogada.
- (C) suportada pela receita corrente líquida.
- (D) considerada irrelevante.
- (E) com terceirização de mão de obra.

**Administração Financeira e Orçamentária**

56. Considere os seguintes itens:

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- III. O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- IV. Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Os instrumentos de planejamento que, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, são os que constam em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

57. A Constituição Federal de 1988 dita expressamente que fica dispensada, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública de âmbito nacional, a vedação referente

- (A) à realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- (B) ao início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- (C) à abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (D) à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (E) à concessão ou utilização de créditos ilimitados.

58. A Fazenda Pública Federal possui créditos a receber provenientes de custas processuais, o que deve ser classificado, nos termos da Lei nº 4.320/1964, como

- (A) valores a fundo perdido.
- (B) contribuições legais.
- (C) receita ativa não tributária.
- (D) dívida ativa não tributária.
- (E) compensações financeiras.

59. Considere as seguintes despesas:

- I. Indenização por demissão de servidores ou empregados.
- II. Relativas a incentivos à demissão voluntária.
- III. Horas extras.
- IV. Contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores.

Nos termos previstos na Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesa com pessoal o constante em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

60. O Governo Federal assumiu obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços. Consoante a Lei Complementar 101/2000, esse ato é equiparado a uma

- (A) antecipação de receita de tributo e é permitido.
- (B) confissão de dívida e é permitido.
- (C) confissão de dívida e é vedado.
- (D) operação de crédito e é permitido.
- (E) operação de crédito e é vedado.